

No. 28164

**BRAZIL
and
PARAGUAY**

**Agreement on technical cooperation. Signed at Asunción on
27 October 1987**

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 17 June 1991.

**BRÉSIL
et
PARAGUAY**

**Accord de coopération technique. Signé à Asunción le 27 oc-
tobre 1987**

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 17 juin 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA RE-
PÚBLICA DO PARAGUAI

O Governô da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai

(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Com base nas relações amistosas existentes entre os dois países,

Tendo em vista o interesse comum pelo progresso do desenvolvimento técnico relativo ao aprimoramento da qualidade de vida de seus povos, e

A luz de seus objetivos comuns de desenvolvimento social e econômico, e de acordo com os princípios de igualdade e benefício mútuo,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes promoverão, de acordo com suas respectivas leis e regulamentos, e sob a égide do presente Acordo, a cooperação técnica entre os dois países.

ARTIGO II

A cooperação a que se refere o presente Acordo incluirã:

a) o intercâmbio de informação;

b) a disponibilidade de pessoal técnico para transferir conhecimento e experiência técnica;

- c) o intercâmbio de pessoal técnico para estudo, observação, pesquisa e treinamento no campo técnico;
- d) a implementação conjunta ou coordenada de programas, projetos e atividades nos territórios de uma ou de ambas as Partes Contratantes, e
- e) outras formas de cooperação técnica que puderem ser mutuamente acordadas pelas Partes Contratantes.

ARTIGO III

O estabelecimento de programas, projetos e outras formas de cooperação no âmbito do presente Acordo, e os pormenores deles resultantes, serão definidos por Ajustes Complementares a serem concluídos entre as Partes Contratantes e que entrarão em vigor por via diplomática.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes, em conformidade com suas legislações, poderão promover a participação de organizações e instituições privadas de seus respectivos países na implementação de programas, projetos e outras atividades de cooperação previstas nos Ajustes Complementares referidos no Artigo III do presente Acordo.

ARTIGO V

1. As Partes Contratantes, quando considerarem conveniente, e por aprovação de ambas, poderão convidar organizações e instituições de terceiros países ou organizações internacionais a participarem de programas, projetos e outras atividades de cooperação decorrentes deste Acordo.

2. As Partes Contratantes convirão quanto ao modo e à extensão da participação dessas organizações e instituições.

ARTIGO VI

1. As despesas decorrentes do envio de pessoal técnico, equipamentos e materiais de uma Parte Contratante para a outra, dentro das finalidades do presente Acordo, serão cobertas pela Parte remetente.

2. As despesas a serem cobertas pela Parte receptora relativamente ao pessoal técnico compreenderão gastos de manutenção, despesas médicas e de transporte local, a menos que decidido diferentemente nos Ajustes Complementares concluídos em decorrência do Artigo III deste Acordo.

ARTIGO VII

Cada Parte Contratante:

1. facilitará a entrada e a saída de seu território, em conformidade com suas leis e regulamentos, de pessoal técnico e de membros de sua família imediata, bem como dos equipamentos utilizados em projetos e programas sob a égide do presente Acordo e de seus Ajustes Complementares;
2. isentará o pessoal técnico da outra Parte de impostos aduaneiros, bem como de outros impostos de natureza similar, que incidam sobre seus bens pessoais e domésticos, desde que estes sejam importados nos seis primeiros meses de sua primeira chegada ao país receptor, e desde que o período de sua residência exceda um ano. Tal isenção não se aplicará aos veículos motorizados;
3. isentará de todos os impostos aduaneiros, e de outros impostos de natureza similar, as importações e as exportações, de um país para o outro, de equipamentos e materiais necessários à implementação deste Acordo e de seus Ajustes Complementares, sob condição de sua reexportação à Parte remetente ou do término da vida útil de tais equipamentos e materiais, ou transferência dos mesmos à Parte receptora, de acordo com as leis e regulamentos desta última.

ARTIGO VIII

1. Com o objetivo de promover a implementação e de acompanhar o desenvolvimento do presente Acordo e de seus Ajustes Complementares, uma Comissão Mista reunir-se-á, alternadamente no Brasil e no Paraguai, a cada dois anos, ou quando necessário. A Comissão Mista será composta de membros brasileiros e paraguaios, os quais serão nomeados por seus respectivos Governos para cada reunião. O setor privado também poderá, mediante aprovação das Partes Contratantes, estar representado na Comissão Mista.

2. Sempre que se considerar adequado, grupos de estudo sobre qualquer área específica de interesse poderão ser nomeados por acordo mútuo das Partes Contratantes.

ARTIGO IX

1. Cada Parte Contratante notificará a outra do cumprimento dos requisitos exigidos por sua legislação pertinente para a aprovação deste Acordo, o qual entrará em vigor na data da segunda notificação. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período inicial de cinco anos e será automaticamente renovado por períodos sucessivos de cinco anos, a menos que uma das Partes Contratantes notifique a outra, por escrito, com doze meses de antecedência, de sua decisão de dá-lo por terminado.

2. O término do presente Acordo não afetará a realização de programas, projetos ou atividades empreendidas sob a égide deste Acordo ou de seus Ajustes Complementares, e que não tenham sido inteiramente concluídos.

Feito em *Assunção*, aos 27 dias do mês de *outubro* de 1987, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pelo Governo
da República do Paraguai:

[Signed — Signé]

CARLOS AUGUSTO SALDIVAR

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO DE COOPERACIÓN TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO
DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GO-
BIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Paraguay

(en adelante denominados "Partes Contratantes"),

Basados en las relaciones amistosas existentes entre los dos países,

teniendo en cuenta el interés común por el progreso del desarrollo técnico relativo al perfeccionamiento de la calidad de vida de sus pueblos, y

A la luz de sus objetivos comunes de desarrollo social y económico, y de acuerdo con los principios de igualdad y beneficio mutuo,

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

Las Partes Contratantes promoverán, de acuerdo con sus respectivas leyes y reglamentos, y en el marco del presente Acuerdo, la cooperación técnica entre los dos países.

ARTICULO II

La cooperación a que se refiere el presente Acuerdo incluirá:

- a) el intercambio de información;
- b) la disponibilidad de personal técnico para transferir conocimiento y experiencia técnica;

- c) el intercambio de personal técnico para estudio, observación, investigación y adiestramiento en el campo técnico;
- d) la implementación conjunta o coordinada de programas, proyectos y actividades en los territorios de una o de ambas Partes Contratantes;
- e) otras formas de cooperación técnica que puedan ser mutuamente acordadas por las Partes Contratantes.

ARTICULO III

El establecimiento de programas, proyectos y otras formas de cooperación en el ámbito del presente Acuerdo, y los pormenores derivados del mismo, serán definidos por Ajustes Complementarios a ser concluidos entre las Partes Contratantes y que entrarán en vigor por vía diplomática.

ARTICULO IV

Las Partes Contratantes, de conformidad con sus legislaciones, podrán promover la participación de organizaciones e instituciones privadas de sus respectivos países en la implementación de programas, proyectos y otras actividades de cooperación previstos en los Ajustes Complementarios referidos en el Artículo III del presente Acuerdo.

ARTICULO V

1. Las Partes Contratantes, cuando consideren conveniente, y con aprobación de ambas, podrán invitar a organizaciones e instituciones de terceros países u organizaciones internacionales a participar de programas, proyectos y otras actividades de cooperación emanadas del presente Acuerdo.

2. Las Partes Contratantes convendrán en cuanto al modo y a la extensión de la participación de dichas organizaciones e instituciones.

ARTICULO VI

1. Los gastos derivados del envío del personal técnico, equipos y materiales de una Parte Contratante a la otra, dentro de las finalidades del presente Acuerdo, serán cubiertos por la Parte remitente.
2. Los gastos a ser cubiertos por la Parte receptora con relación al personal técnico comprenderán gastos de manutención, gastos médicos y de transporte local, a menos que se decida en forma distinta en los Ajustes Complementarios concluidos en virtud del Artículo III de este Acuerdo.

ARTICULO VII

Cada Parte Contratante:

1. Facilitará la entrada y la salida de su territorio, de conformidad con sus leyes y reglamentos, del personal técnico y de miembros de su familia inmediata, así como de los equipos utilizados en proyectos y programas a ser ejecutados en el marco del presente Acuerdo y de sus Ajustes Complementarios;
2. Eximirán al personal técnico de la otra Parte de impuestos aduaneros, así como de otros impuestos de naturaleza similar, que incidan sobre sus bienes personales y domésticos, toda vez que estos sean importados dentro de los seis primeros meses de su primera llegada al país receptor y toda vez que el período de su residencia exceda un año. Tal exención no se aplicará a vehículos motorizados;
3. Eximirán de todos los impuestos aduaneros, y de otros impuestos de naturaleza similar, las importaciones y las exportaciones, de un país para el otro, de equipos y materiales necesarios a la implementación de este Acuerdo y de sus Ajustes Complementarios, bajo condición de su reexportación a la Parte remitente o del término de la vida útil de tales equipos y materiales, o transferencia de los mismos a la Parte receptora, de acuerdo con las leyes y reglamentos de esta última.

ARTICULO VIII

1. Con el objetivo de promover la implementación y de acompañar el desarrollo del presente Acuerdo y de sus Ajustes Complementarios, una Comisión Mixta se reunirá, alternadamente, en el Brasil y en el Paraguay, cada dos años, o cuando sea necesario. La Comisión Mixta será compuesta de miembros brasilenos y paraguayos, los cuales serán nombrados por sus respectivos Gobiernos para cada reunión. El sector privado también podrá, mediante aprobación de las Partes Contratantes, estar representado en la Comisión Mixta.

2. Siempre que se considere adecuado, grupos de estudio sobre cualquier área específica de interés podrán ser nombrados por Acuerdo mutuo de las Partes Contratantes.

ARTICULO IX

1. Cada Parte Contratante notificará a la otra del cumplimiento de los requisitos exigidos por su legislación pertinente para la aprobación de este Acuerdo, el cual entrará en vigor en la fecha de la segunda notificación. El presente Acuerdo permanecerá en vigor por un período inicial de cinco años, y será automáticamente renovado por períodos sucesivos de cinco años, a menos que una de las Partes Contratantes notifique a la otra, por escrito, con doce meses de anticipación, de su decisión de dejarlo por terminado.

2. El término del presente Acuerdo no afectará la realización de programas, proyectos o actividades emprendidas en el marco de este Acuerdo o de sus Ajustes Complementarios, y que no hayan sido totalmente concluidos en la época del término de este Acuerdo.

Hecho en Asunción a los veinte y siete días del mes de octubre de 1987, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa del Brasil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Por el Gobierno
de la República del Paraguay:

[Signed — Signé]

CARLOS AUGUSTO SALDIVAR

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE
GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL
AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF PARAGUAY

The Government of the Federative Republic of Brazil and

The Government of the Republic of Paraguay (hereinafter the “Contracting Parties”),

On the basis of the friendly relations existing between the two countries,

In view of their common interest in the progress of technical development for the betterment of the quality of life of their peoples, and

In the light of their common objectives of social and economic development and in accordance with the principles of equality and mutual benefit,

Agree as follows:

Article I

The Contracting Parties shall promote, in accordance with their respective laws and regulations and subject to the provisions of this Agreement, technical cooperation between the two countries.

Article II

The cooperation referred to in this Agreement shall include:

- (a) The exchange of information;
- (b) The provision of technical personnel for the transfer of knowledge and technical know-how;
- (c) The exchange of technical personnel for study, observation, research and training in the technical field;
- (d) Joint or coordinated implementation of programmes, projects and activities in the territories of one or both of the Contracting Parties; and
- (e) Such other forms of technical cooperation as may be mutually agreed upon by the Contracting Parties.

Article III

The establishment of programmes, projects and other forms of cooperation under this Agreement, and the specific matters arising in connection with them shall be dealt with in Supplementary Arrangements to be concluded between the Contracting Parties, which shall enter into force through the diplomatic channel.

¹ Came into force on 30 August 1990, the date of the last of the notifications by which the Contracting Parties notified each other of the completion of the necessary constitutional requirements, in accordance with article IX.

Article IV

The Contracting Parties may, in accordance with their respective legislation, promote the participation of private organizations and institutions of their respective countries in the execution of programmes, projects and other cooperation activities provided for in the Supplementary Arrangements referred to in article III of this Agreement.

Article V

1. The Contracting Parties may, when they deem it appropriate, invite by mutual agreement organizations and institutions of third countries or international organizations to participate in programmes, projects and other cooperation activities deriving from this Agreement.
2. The Contracting Parties shall agree on the form and extent of the participation of these organizations and institutions.

Article VI

1. The costs connected with the dispatch of technical personnel, equipment and materials from one Contracting Party to the other in the pursuit of the purposes of this Agreement shall be paid by the sending State.
2. The costs relating to technical personnel to be paid by the receiving Party shall include expenditures for subsistence, medical care and local transport, unless otherwise provided in the Supplementary Arrangements concluded in accordance with article III of this Agreement.

Article VII

Each Contracting Party shall:

1. Facilitate the entry into and departure from its territory, in accordance with its laws and regulations, of technical personnel and members of their immediate families, and of equipment used in projects and programmes under this Agreement and any Supplementary Arrangements to it.
2. Exempt the technical personnel of the other Party from customs duties and other similar charges on their personal and household effects, provided the effects are imported within six months of the date of arrival in the receiving country, and provided the length of stay is more than one year. This exemption shall not apply to motor vehicles.
3. Exempt from customs duties and other similar charges the import and export from one country to the other of equipment and materials needed for the implementation of this Agreement and its Supplementary Arrangements, provided that such equipment and materials are re-exported to the sending Party or are at the end of their useful life, or are transferred to the receiving Party, in accordance with the latter's laws and regulations.

Article VIII

1. For the purpose of promoting the implementation and monitoring the operation of this Agreement and its Supplementary Arrangements, a Joint Commission shall meet every two years or whenever necessary, in Brazil and Paraguay alternately. The Joint Commission shall be composed of Brazilian and Paraguayan members who shall be appointed by their respective Governments for each meeting. The

private sector also may be represented on the Joint Commission, subject to the approval of the Contracting Parties.

2. Whenever it is deemed appropriate, study groups may be set up on any specific area of interest by mutual agreement between the Contracting Parties.

Article IX

1. Each Contracting Party shall notify the other of the fulfilment of the constitutional requirements necessary for the approval of this Agreement, which shall enter into force on the date of the second notification. This Agreement shall remain in force for an initial period of five years and shall be automatically renewed for successive five-year periods unless one of the Contracting Parties gives the other twelve months' notice in writing of its decision to terminate it.

2. The termination of this Agreement shall not affect the implementation of programmes, projects or activities begun under this Agreement or its Supplementary Arrangements and not yet completed.

DONE in Asunción on 27 October 1987, in duplicate, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

[Signed]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

For the Government
of the Republic of Paraguay:

[Signed]

CARLOS AUGUSTO SALDIVAR

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD DE COOPÉRATION TECHNIQUE¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU PARAGUAY

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République du Paraguay (ci-après dénommés « Parties Contractantes »),

S'appuyant sur les relations amicales qui existent entre les deux pays,

Considérant l'intérêt commun que présente le progrès du développement technique pour l'amélioration de la qualité de vie de leurs peuples,

A la lumière de leurs objectifs communs en matière de développement social et économique, conformément aux principes d'égalité et de mutualité d'avantages,

Conviennent de ce qui suit :

Article premier

Les Parties Contractantes favorisent, conformément à leurs lois et règlements respectifs et dans le cadre du présent Accord, la coopération technique entre les deux pays.

Article II

La coopération technique visée par le présent Accord comprend :

- a) L'échange d'informations;
- b) La disponibilité de personnels techniques pour transférer des connaissances et des données d'expérience techniques;
- c) L'échange de personnels techniques pour des études, observations, recherches et formation dans le domaine technique;
- d) La réalisation, en commun ou de façon coordonnée, de programmes, projets et activités dans le territoire de l'une et l'autre des Parties Contractantes;
- e) Les autres formes de coopération technique dont les Parties Contractantes peuvent convenir d'un commun accord.

Article III

Les programmes, projets et autres formes de coopération relevant du présent Accord, ainsi que les détails les concernant, sont définis au moyen d'accords complémentaires que les Parties peuvent conclure et qui sont mis en vigueur par la voie diplomatique.

¹ Entré en vigueur le 30 août 1990, date de la dernière des notifications par lesquelles les Parties contractantes se sont notifiées l'accomplissement des formalités législatives nécessaires, conformément à l'article IX.

Article IV

Les Parties Contractantes peuvent favoriser, conformément à leurs législations, la participation d'organisations et institutions privées de leur pays respectif à l'exécution des programmes, projets et autres activités prévus dans les accords complémentaires visés à l'article III du présent Accord.

Article V

1. Les Parties Contractantes peuvent, à leur convenance et d'un commun accord, inviter des organisations et institutions de pays tiers, ou des organisations internationales, à participer aux programmes, projets et autres activités de coopération visés par le présent Accord.

2. Les Parties Contractantes décident des modalités et de la portée de la participation desdites organisations et institutions.

Article VI

1. Les frais nécessaires au détachement de personnels techniques et à l'envoi, par une Partie Contractante à l'autre, d'équipements et de matériel aux fins du présent Accord sont pris en charge par la Partie d'origine.

2. La Partie Contractante d'accueil prend en charge, en ce qui concerne les personnels techniques détachés, les dépenses d'entretien, les frais médicaux et le transport local, sauf dispositions contraires des accords complémentaires conclus en application de l'article III du présent Accord.

Article VII

Chacune des Parties Contractantes :

1. Facilite l'entrée et la sortie de son territoire, conformément à ses lois et règlements, des personnels techniques et des membres de leur famille immédiate, ainsi que des équipements employés dans le cadre des projets et programmes relevant du présent Accord et de ses Accords complémentaires;

2. Exempte les personnels techniques de l'autre Partie de tous droits de douanes et de tous prélèvements analogues en ce qui concerne leurs effets personnels et domestiques, dans la mesure où ces effets sont importés dans un délai de six mois à compter de la première entrée desdits personnels dans le pays d'accueil et que la durée de leur séjour soit supérieure à un an. Ladite exemption ne s'applique pas aux véhicules à moteur;

3. Exempte de tous droits de douanes et de tous prélèvements analogues les importations et les exportations, d'un pays vers l'autre, d'équipements et de matériels nécessaires à l'exécution du présent Accord et de ses Accords complémentaires, à condition que les biens ainsi exemptés soient réexportés vers le territoire de la Partie d'origine ou qu'ils terminent leur vie utile, à moins qu'ils ne soient cédés à la Partie d'accueil conformément aux lois et règlements de cette dernière.

Article VIII

1. Dans le but de favoriser l'exécution et d'assurer le suivi du présent Accord et de ses Accords complémentaires, une Commission mixte se réunit, à tour de rôle au Brésil et au Paraguay, tous les deux ans ou en tant que de besoin. La Commission mixte est composée de membres brésiliens et paraguayens désignés par leur gou-

vernement respectif pour chaque réunion. Le secteur privé peut également, avec l'agrément des Parties Contractantes, être représenté à la Commission mixte.

2. Les Parties Contractantes peuvent, en tant que de besoin, nommer d'un commun accord des groupes d'études dans tel ou tel domaine spécifique.

Article IX

1. Chaque Partie Contractante notifie à l'autre l'accomplissement des formalités législatives nécessaires pour l'approbation du présent Accord, qui entre en vigueur à la date de la deuxième notification. Le présent Accord, d'une durée initiale de cinq ans, est renouvelable par tacite reconduction pour des périodes successives de cinq ans, à moins que l'une ou l'autre des Parties Contractantes ne notifie à l'autre, par écrit et avec un préavis de douze mois, sa décision d'y mettre fin.

2. L'expiration ou la dénonciation du présent Accord n'affecte aucunement le déroulement des programmes, projets ou activités entrepris dans le cadre du présent Accord ou de ses Accords complémentaires et qui ne sont pas achevés au moment considéré.

FAIT à Asunción, le 27 octobre 1987, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :

[Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Gouvernement
de la République du Paraguay :

[Signé]

CARLOS AUGUSTO SALDIVAR

